

c) Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, junto a Previdência Social, no caso de possuir previdência própria;
d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Estadual;

e) Certidão Negativa de Dívida Ativa da Procuradoria-Geral do Estado – PGE, quando se tratar de Prefeitura Municipal;

f) Certidão de adimplência junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, quando se tratar de Prefeitura Municipal.

III – documentos relativos ao Convênio – a anexar ao processo no Órgão ou Entidade Concedente:

a) plano de trabalho;

b) projeto básico e cronograma físico-financeiro da obra, se for o caso;

c) cópia do certificado de propriedade do imóvel em nome do proponente, devidamente registrado no cartório de imóveis, no caso de obras;

d) licenças ambientais, no caso de obras;

e) cópia do Ato de Calamidade Pública, se for o caso, reconhecido pelo Governo do Estado;

Art. 6º O Sistema de Gestão de Convênio emitirá uma certidão – parcial ou plena – que comprovará a condição de habilitação do proponente junto a qualquer Órgão ou Entidade Concedente do Estado, cujo vencimento estará vinculado à validade da documentação apresentada.

I - a habilitação parcial se efetivará com o credenciamento e entrega da documentação institucional pelo proponente, e sua respectiva validação e registro no SISCON pela SEPLAN;

II - a habilitação plena se efetivará quando da entrega de todos os documentos institucionais e de regularidade fiscal pelo proponente, e sua respectiva validação e registro no SISCON pela SEPLAN;

§ 1º A habilitação parcial permitirá a tramitação de qualquer proposta e assinatura de Convênios cujo objeto esteja diretamente vinculado a ações de Educação, Saúde e Assistência Social;

§ 2º A habilitação plena permitirá a assinatura de Convênio em qualquer área e com qualquer Órgão e Entidade da Administração Pública Estadual, após cumpridos os demais procedimentos, exceto no caso de pendência de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente.

§ 3º A documentação deverá ser atualizada pelo interessado quando de seu vencimento, ou quando ocorrer alterações em relação ao proponente, a seu representante, ou outras alterações que dificulte a identificação do Conveniente;

Art. 7º A regularidade fiscal - Habilitação Plena do Conveniente deverá ser exigida:

I – para assinatura de convênios junto a qualquer Órgão ou Entidade do Estado, exceto aqueles vinculados a ações de Educação, Saúde e Assistência Social;

II – para celebração de Termo Aditivo que implique aumento do valor do convênio, independentemente de qualquer prorrogação de prazo;

III – para liberação da última parcela quando o desembolso ocorrer em duas (02) ou mais parcelas;

IV – para emissão da nota de empenho do recurso a ser liberado no exercício seguinte ao da assinatura do convênio, caso ocorra;

Art. 8º A verificação de regularidade fiscal – Habilitação Plena do Conveniente será dispensada:

I – para celebração de Termo Aditivo com a finalidade de prorrogar a vigência do convênio, desde que a nova vigência não ultrapasse o exercício e não envolva a transferência de recursos suplementares.

II – para liberação de recursos durante a vigência do Convênio, exceto para última parcela quando o desembolso ocorrer em duas (02) ou mais parcelas.

Art. 9º Integrará o Plano de Trabalho a especificação completa do objeto a ser executado, do bem ou serviço a ser adquirido ou produzido, e o projeto básico no caso de obras, instalações ou serviços.

§ 1º Entende-se como projeto básico o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar, de modo preciso, a obra, a instalação ou o serviço objeto do Convênio, sua viabilidade técnica, custos, fases, ou etapas e prazos de execução, devendo conter os elementos discriminados no inciso IX do art. 6º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

§ 2º Quando o Convênio for de valor igual ou inferior ao previsto na alínea “a”, inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o projeto básico de que trata o parágrafo anterior poderá ser substituído pelo projeto básico simplificado, contendo especificações mínimas, desde que essa simplificação não comprometa o acompanhamento e controle da execução da obra ou do serviço.

§ 3º Admitir-se-á, ainda, para a celebração do Convênio, que o projeto se faça sob a forma de pré-projeto, desde que do Termo de Convênio conste, expressamente, cláusula específica suspensiva que condicione a liberação das parcelas de recursos ao atendimento prévio da apresentação do projeto básico na forma prevista no caput deste artigo.

§ 4º O pré-projeto deverá conter o cronograma de execução da obra ou serviço (metas, etapas ou fases); o plano de aplicação dos recursos envolvidos no Convênio, discriminando-se inclusive, os valores que correrão à conta da contrapartida; e o cronograma de desembolso dos recursos, em quotas, pelo menos trimestrais, permitida a apresentação dos detalhes de engenharia no projeto básico, para fins de redução de custos, na hipótese de o pré-projeto não ser aceito pelo Órgão ou Entidade Concedente.

Art. 10 Compete ao Órgão ou Entidade Concedente verificar, antes da celebração do Convênio:

I - se o proponente encontra-se em situação de Habilitação Plena ou Parcial junto ao SISCON, conforme o caso, devendo a Certidão resultante da pesquisa, ser anexada ao processo do convênio;

II – se foram anexados ao processo os documentos relativos ao Convênio, exigidos no inciso III do artigo 4º desta Instrução Normativa;

III – se a Área Técnica manifestou-se, através de parecer, segundo suas respectivas competências, quanto à pertinência da proposta apresentada, em relação aos aspectos formais do Plano de Trabalho, a seu objeto, aos prazos e aos custos envolvidos, ou se consta do processo autorização do ordenador de despesas para celebração do convênio sem o devido parecer;

IV – se a minuta do Termo de Convênio está em conformidade com a Minuta Padrão elaborada pela PGE, quando da implantação do SISCON, cabendo ao Setor de Convênio atestá-la quanto à regularidade e/ou legalidade;

V – se o Plano de Trabalho foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesas do Órgão ou Entidade Concedente;

Parágrafo único. Ficam dispensadas de pareceres as propostas de Convênio de valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do limite da carta convite, previsto na alínea “a”, inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 11 Será considerado como inadimplente e impedirá a emissão da Certidão de Habilitação Plena pelo SISCON, o Conveniente que:

I – tiver qualquer documento institucional ou de regularidade fiscal pendente ou com data de validade vencida;

II – não apresentar a prestação de contas parcial ou final dos recursos recebidos, nos prazos estipulados por esta Instrução Normativa;